



**BELO
HORIZONTE**
P R E F E I T U R A

RELATÓRIO ANUAL DE TRABALHO DO CONSELHO FISCAL RPPS 2025

Elaborado por:
Roberta H. Roletti
Breno Seroa
Adriana Soares

Aprovado na 84ª reunião
ordinária do Conselho Fiscal

V. 1.0 – 26/02/2026

O Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos de Belo Horizonte (RPPS-BH) é o colegiado incumbido de fiscalizar a gestão e os atos da unidade gestora, conforme as atribuições conferidas pelo art. 100 da Lei n. 10.362, de 2011, e pelo art. 3º de seu Regimento Interno.

O papel do Conselho Fiscal na gestão previdenciária é atuar como o colegiado responsável por fiscalizar a gestão e os atos da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Suas competências fundamentam-se no art. 100 da Lei municipal n. 10.362/2011 e no seu Regimento Interno.

As principais responsabilidades e funções do Conselho Fiscal incluem:

- **Fiscalização Contábil e Financeira:** O conselho deve realizar a verificação sistemática da receita, da despesa e do patrimônio do regime. Isso envolve a análise de balancetes, demonstrações contábeis e a emissão de parecer anual sobre as contas da Unidade Gestora.
- **Controle de Investimentos:** Compete ao colegiado analisar e aprovar os relatórios de investimentos elaborados pela assessoria técnica. No âmbito do Pró-Gestão Nível III, o conselho passou a ter a atribuição de apreciar e aprovar, em conjunto com o Conselho de Administração, a Política de Investimentos do RPPS.
- **Monitoramento Atuarial:** O conselho fiscaliza a base de dados cadastrais utilizada para o cálculo atuarial e acompanha os resultados da Avaliação Atuarial, incluindo as estratégias de equacionamento de déficit e estudos de *Asset Liability Management* (ALM).
- **Governança e Transparência:** O órgão aprova o Relatório de Governança Corporativa e o Planejamento Estratégico da unidade. Também zela pela transparência, acompanhando a divulgação de atos de gestão no portal oficial e a realização de audiências públicas.
- **Normatização e Planejamento:** O colegiado participa de projetos de normatização interna e externa, além de elaborar seu próprio Plano Anual de Trabalho e o Relatório Anual de Trabalho, que consolida suas atividades de fiscalização.

Para garantir a tecnicidade dessas funções, os membros do Conselho Fiscal possuem certificação profissional válida, exigida pelo Ministério da Previdência, e participam de programas de capacitação contínua em áreas como contabilidade, investimentos, ética e cálculo atuarial.

Dando continuidade aos compromissos de excelência na gestão, os trabalhos do exercício de 2025 pautaram-se pela manutenção dos requisitos da certificação Pró-Gestão Nível III, conquistada pela Unidade Gestora em dezembro de 2024.

Os requisitos do Nível III do Pró-Gestão que impactam diretamente a atuação e as competências do Conselho Fiscal incluem:

- **Aprovação da Política de Investimentos:** No Nível III, o Conselho Fiscal passou a ter a atribuição de apreciar e aprovar em conjunto com o Conselho de Administração a Política de Investimentos do RPPS. Anteriormente, esse documento era aprovado apenas pelo Conselho de Administração e apenas apresentado aos conselheiros fiscais.

- **Certificação Profissional:** É exigido que os membros do conselho possuam e mantenham certificações profissionais válidas exigidas pelo Ministério da Previdência para o exercício de suas funções. A Unidade Gestora inclusive promove cursos preparatórios para garantir que novos membros obtenham tal êxito.

- **Análise de Relatórios de Investimentos:** Como parte dos requisitos de governança do programa, os relatórios de investimentos elaborados pela Assessoria de Investimentos e Estudos Atuariais (Asies) devem ser apreciados e aprovados pelo Conselho Fiscal após a submissão ao Conselho de Administração.

- **Relatório de Governança Corporativa:** O Conselho Fiscal deve apreciar e aprovar este relatório, que passou a ser elaborado semestralmente em 2024 para atender ao pleito de progressão de nível na certificação.

- **Planejamento Estratégico:** A apreciação e aprovação do Planejamento Estratégico (como o do ciclo 2025-2029) pelos conselheiros fiscais é outro requisito para a manutenção e progressão do nível de certificação.

- **Capacitação Continuada:** O programa incentiva e exige a participação dos membros em treinamentos e capacitações técnicas, abrangendo áreas como controle interno, aspectos contábeis, ética, integridade e cálculo atuarial

O escopo de atuação do colegiado seguiu rigorosamente o disposto no art. 33 do Regimento Interno, abrangendo:

- Verificação da receita, despesa e patrimônio;
- Análise da base de dados cadastrais para o cálculo atuarial;
- Análise da política de investimentos do RPPSBH;
- Acompanhamento do cronograma de trabalhos e projetos de normatização;
- Elaboração do Relatório Anual de Trabalho.

Durante o exercício de 2025, o Conselho Fiscal manteve a composição designada para o biênio 2024-2026, sob a presidência da conselheira Roberta Hygino Roletti Zimmer.

A qualificação dos membros permaneceu como prioridade para assegurar a tecnicidade das análises. Os conselheiros mantiveram suas certificações profissionais exigidas pelo Ministério da Previdência, válidas ao longo de todo o ano.

Além disso, o colegiado teve acesso a apresentações técnicas periódicas promovidas pela Unidade Gestora, conforme o cronograma de reuniões, visando o aprimoramento em temas como contabilidade previdenciária, investimentos e gestão atuarial.

Para o cumprimento de sua agenda de fiscalização, o Conselho Fiscal realizou, em 2025, seis reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária. As atas correspondentes (78ª a 83ª Ordinárias e 19ª Extraordinária) registram os atos de controle e deliberação do período.

Com base no cronograma de reuniões realizado em 2025 e seguindo o modelo de governança estabelecido, detalham-se os principais destaques e deliberações do Conselho Fiscal para o exercício de 2025:

78ª Reunião Ordinária (fevereiro/2025)

- Pauta: Apresentação e aprovação do Relatório Anual de Trabalho (exercício 2024); Análise das Receitas e Despesas e das Contas Contábeis do exercício encerrado; Aprovação dos relatórios de investimentos de outubro a dezembro/2024; Apresentação do Relatório de Governança Corporativa.

- Destaques: Consolidação das atividades do grupo de trabalho anterior e análise do desempenho dos investimentos frente à meta atuarial no fechamento de 2024.

- Deliberações: Aprovação por unanimidade do Relatório Anual de Trabalho de 2024 e dos relatórios de investimentos do último trimestre do ano anterior.

- Outros registros e encaminhamentos: Encaminhamento do relatório aprovado ao Conselho de Administração, cumprindo o prazo regimental.

19ª Reunião Extraordinária (março/2025)

- Pauta: Apresentação e aprovação das contas do RPPS relativas ao exercício de 2024.

- Destaques: Análise detalhada das demonstrações contábeis, dos gastos administrativos e da receita da Reserva Administrativa, avaliação do desempenho e da movimentação financeira tanto do fundo em capitalização (BHPrev) quanto do fundo em repartição (Fufin) com suporte de análise estatístico-descritiva dos indicadores contábeis.

- Deliberações: Emissão de parecer unânime pela aprovação das contas do RPPS de 2024.

- Outros registros e encaminhamentos: O parecer foi assinado digitalmente e encaminhado ao Conselho de Administração no mesmo dia.

79ª Reunião Ordinária (abril/2025)

- Pauta: Aprovação de atas anteriores; Relatórios de investimentos de janeiro a março de 2025; Apresentação do Relatório de Avaliação Atuarial de 2025.

- Destaques: Análise da base cadastral utilizada para o cálculo atuarial (data-base 31/12/2024) e verificação do déficit atuarial registrado para fins de equacionamento.

- Deliberações: Aprovação unânime dos itens de pauta.

- Outros registros e encaminhamentos: Esclarecimentos técnicos sobre a validação de dados via Cadprev / Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) e Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR).

80ª Reunião Ordinária (junho/2025)

- Pauta: Análise das contas do RPPS do primeiro quadrimestre de 2025; Acompanhamento da execução orçamentária.

- Destaques: Monitoramento da transparência e da divulgação das ações da Unidade Gestora, como audiências públicas e encontros virtuais.

- Deliberações: Aprovação dos relatórios de acompanhamento das contas e balancetes sintéticos do período.

- Outros registros e encaminhamentos: Reforço da necessidade de manter o portal da Suprev atualizado com os dados de gestão.

81ª Reunião Ordinária (agosto/2025)

- Pauta: Relatórios dos investimentos de abril a julho de 2025; Apresentação das hipóteses atuariais.

- Destaques: Debate sobre a manutenção do formato híbrido das reuniões para assegurar o quórum e a eficiência dos trabalhos.
- Deliberações: Aprovação unânime dos relatórios de investimentos sem ressalvas.
- Outros registros e encaminhamentos: Discussão técnica sobre a Nota Técnica Atuarial (NTA) e a necessidade de alteração metodológica, caso aplicável.

82ª Reunião Ordinária (outubro/2025)

- Pauta: Receitas e despesas; Balancetes sintéticos; Relatórios de investimentos de agosto e setembro; Estudos de *Asset and Liability Management* (ALM); Relatório de Governança Semestral.
- Destaques: A análise do ALM focada na solvência de longo prazo e a progressão dos requisitos para manutenção do Pró-Gestão Nível III.
- Deliberações: Aprovação do Relatório de Governança e do acompanhamento do Planejamento Estratégico.
- Outros registros e encaminhamentos: Incentivo à participação dos conselheiros em treinamentos de controle interno e aspectos contábeis promovidos pela Unidade Gestora.

83ª Reunião Ordinária (dezembro/2025)

- Pauta: Aprovação da Política de Investimentos para 2026; Relatórios de investimentos de outubro e novembro; Plano de Trabalho para 2026; Formação do Grupo de Trabalho para o Relatório Anual de 2025.
- Destaques: Análise conjunta da Política de Investimentos com foco nas estratégias de alocação para o exercício seguinte, conforme exigência do Pró-Gestão.
- Deliberações: Aprovação unânime da Política de Investimentos 2026 e designação dos membros para elaboração deste relatório.
- Outros registros e encaminhamentos: Definição do cronograma de reuniões ordinárias para 2026 e orientações sobre o material de apoio para a prestação de contas anual.

O trabalho do Conselho Fiscal (representantes governamentais e não governamentais - eleitos pelos servidores) compõe a governança corporativa no RPPS-BH,

organizado de forma transparente por meio de uma estrutura que combina a divulgação ativa de dados no site institucional (<https://prefeitura.pbh.gov.br/planejamento/gestao-previdenciaria>), o controle institucional rigoroso (v.g. Ministério da Previdência, Câmara de Vereadores, Tribunal de Contas do Estado) e a comunicação direta com os segurados (audiências públicas e reuniões virtuais).

Essa organização segue as diretrizes do programa Pró-Gestão, do Ministério da Previdência, que reconhece as melhores práticas de gestão e exige níveis crescentes de transparência e controle.

Os principais indicadores de alcance das metas em 2025 foram:

- Cumprimento do Cronograma de Fiscalização: A meta de realizar o acompanhamento bimestral foi atingida, totalizando seis reuniões ordinárias (da 78ª à 83ª) e a 19ª reunião extraordinária, conforme registrado no histórico de atas do Conselho Fiscal.
- Manutenção da Certificação Pró-Gestão Nível III: A Unidade Gestora encerrou o ano de 2025 mantendo os padrões de excelência exigidos pela recertificação obtida em dezembro de 2024. Isso incluiu a meta de aprovação conjunta da Política de Investimentos e a análise semestral do Relatório de Governança Corporativa.
- Execução do Plano de Trabalho: O Plano de Trabalho para 2025, aprovado na 77ª reunião (dezembro de 2024), serviu como guia para as atividades de verificação da receita, despesa e patrimônio ao longo do ano.
- Transparência e Disponibilidade de Informações: As metas de transparência foram cumpridas com a atualização constante do portal da Suprev. Em 05 de fevereiro de 2026, os relatórios de investimentos de todo o exercício de 2025 já constavam como disponíveis para consulta pública.
- Qualificação Técnica: Todos os novos membros eleitos para o biênio 2024-2026 alcançaram a meta de certificação profissional exigida pelo Ministério da Previdência, garantindo a validade jurídica e técnica das deliberações de 2025.
- Alinhamento Estratégico: As ações do exercício foram orientadas pelo Planejamento Estratégico 2025-2029, aprovado em outubro de 2024, que estabeleceu o norte para o enfrentamento do *status* atuarial e a solvência do regime.

Ressalta-se que as estratégias para o equacionamento atuarial foram estruturadas em torno de estudos técnicos e planejamento de longo prazo, sendo que suas principais ações e instrumentos adotados incluem:

- Estudos de ALM: Foram realizados estudos técnicos de gestão de ativos e passivos para alinhar a estratégia de investimentos com a necessidade de pagamento de benefícios a longo prazo. Esses estudos serviram de base para as decisões sobre a solvência do regime.

- Revisão de Hipóteses Atuariais: A Unidade Gestora apresentou a revisão das hipóteses para o cálculo atuarial subsequente (2025 data-base 31/12/2024), visando adequar as premissas à realidade financeira e demográfica do plano.

- Política de Investimentos 2025: A política foi desenhada com foco na aplicação dos recursos do fundo capitalizado para buscar a rentabilidade necessária à cobertura das metas atuariais. No Nível III do Pró-Gestão, o Conselho Fiscal passou a aprovar esse documento conjuntamente com o Conselho de Administração, garantindo maior rigor na fiscalização das estratégias de alocação.

- Planejamento Estratégico 2025-2029: Foi aprovado um planejamento para o próximo quinquênio, que organiza os objetivos da gestão para enfrentar os desafios atuariais e manter os padrões de excelência da certificação recém-conquistada.

- Acompanhamento da NTA: O Conselho Fiscal monitorou se haveria necessidade de alteração metodológica no cálculo, o que ocorre por meio da emissão de nova Nota Técnica quando há mudanças estruturais na forma de avaliação. A NTA vigente continuou sendo a referência metodológica para os cálculos de 2025, uma vez que não houve alteração nos critérios técnicos de avaliação previdenciária.

Com base nos documentos e no cenário de prestação de contas de 2025, podemos afirmar que, do ponto de vista da governança e execução administrativa, as metas do exercício foram alcançadas, conforme evidenciado pelo cumprimento integral do rito fiscalizatório.

O Relatório Anual de Trabalho do Conselho Fiscal de 2025 foi apreciado pelos demais membros e aprovado na reunião ordinária do primeiro bimestre de 2026. Encaminhe-se ao Conselho de Administração, nos termos do §2º do art. 31 da Resolução n. 001, de 09 de maio de 2013 - Regimento Interno do Conselho Fiscal.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2026.

Adriana Soares de Oliveira

Breno Serôa da Motta

Fernanda Valadares Couto Girão

Maria Consuelita Oliveira

Roberta Hygino Roletti Zimmer

Thiago Augusto de Carvalho Cruz